



Caderno de Provas

CPJUS 03 – NS

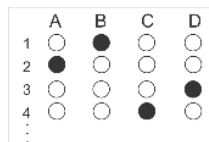
PEDAGOGO ESCOLAR

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Didática	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

Por Maria Luiza Santos Soares,
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atinja setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispoendo dos recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassallos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibindo a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>
Acesso em: 01 abr. 2023.

01. O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

02. No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

03. Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

04. O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

05. A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

06. O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,
jornalista do G1.

Hoje, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

11. No exercício da docência, para desenvolver a função didática, o professor é responsável pelo planejamento e pela organização, direção e avaliação das atividades do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, Libâneo (1994) considera a aula como forma predominante do processo de ensinar e de aprender. São elementos conceituais do plano de aula:
- A) estrutura didática; temática; objetivo; conteúdos programáticos; estratégias e recursos didáticos; duração; e referências.
 - B) horários de aulas; justificativa da disciplina; objetivos gerais e específicos; conteúdos; tempo; metodologias e avaliação.
 - C) livros didáticos; atividades complementares; calendário de aulas; instrumentos de avaliação; e materiais didáticos.
 - D) objetivos gerais e específicos; conteúdos; trabalhos em grupo e individual; duração; e referências.
12. As abordagens acerca do papel da Didática na ação educativa escolar estão conectadas às tendências pedagógicas. No contexto educacional brasileiro, destacam-se as abordagens liberal e progressista do trabalho pedagógico. Em uma das tendências que integra a vertente progressista, o professor assume o papel de mediador, e o conteúdo deve ser vivo e indissociável da realidade, sendo utilizado, pelos estudantes, como instrumento para compreender essa realidade e transformá-la (LIBANEO, 2006). A tendência pedagógica descrita refere-se à tendência
- A) Crítico-social dos conteúdos.
 - B) Libertadora.
 - C) Libertária.
 - D) Pedagogia Renovada.
13. Em relação à organização da Educação Básica Nacional preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), destaca-se a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio. No Art. 24, na supracitada Lei, a verificação do rendimento escolar observará os critérios listados nos itens a seguir.

- | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">I. avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com a equivalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finaisII. possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;III. possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;IV. aproveitamento de estudos concluídos com êxito;V. obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência ao final do período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Estão corretos os itens

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) II, III e IV.
- D) III, IV e V.

14. O currículo escolar é parte integrante do Projeto Político e Pedagógico da Escola, documento normativo que contém todas as atividades a serem realizadas ao longo do ano letivo, compartilhado com toda a comunidade escolar. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) recomenda que
- A) os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
 - B) os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como módulos de ensino, articulados metodologicamente, a área das Ciências Humanas e aplicadas.
 - C) os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito do currículo escolar, restrito às áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.
 - D) a sequência do currículo seja preservada nos estabelecimentos de ensino que adotam a progressão regular por série; no entanto, as escolas que adotam a progressão parcial devem possuir um currículo próprio e diferenciado por aluno e série.
15. O Ensino Híbrido conecta experiências on-line e off-line em busca de nexos entre os ambientes virtual e presencial, expandindo os limites temporais e espaciais da sala de aula tradicional. Baseado na ideia de que cada estudante é singular e aprende de forma distinta, o Ensino Híbrido tem como finalidade a produção de diferentes experiências de aprendizado que respeitam as individualidades de cada estudante (BACICH, NETO e TREVISANI, 2015). Essa descrição refere-se à presença do ensino híbrido no processo formativo e de otimização do espaço escolar por meio
- A) de autonomia didática do professor.
 - B) da personalização do ensino.
 - C) de portfólio individual e especializado.
 - D) da tecnologia da informação na educação.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PEDAGOGO ESCOLAR

16. Segundo o teórico Vygotsky, as práticas educativas assumem um papel significativo no desenvolvimento cognitivo de crianças, adolescentes, jovens e adultos, pois são
- A) o ponto principal entre a cultura e os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano.
 - B) compreendidas como fatores coadjuvantes no processo de produção e neutralização de situações de aprendizagens para o desenvolvimento humano.
 - C) o ponto principal entre a saúde da família e os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano.
 - D) consideradas como reguladoras do desenvolvimento humano, assumindo um papel controlador que facilita o ritmo da aquisição de conhecimentos.
17. De acordo com a Lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a organização da prática educativa, na perspectiva inclusiva como prática social, implica no envolvimento de todos que fazem a comunidade educativa, sendo dever
- A) do Estado, dos gestores escolares, da família e dos amigos contribuir para educação de qualidade da pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação, conforme casos específicos de saúde.
 - B) do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
 - C) da família, da comunidade escolar, dos professores e da sociedade controlar a educação ofertada à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
 - D) da comunidade escolar, dos professores e dos gestores assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, atendendo às exigências da família, impedindo toda forma de violência, negligência e discriminação, conforme casos específicos de saúde.
18. Em uma escola de qualidade para todos, à luz do paradigma da inclusão social, fica implícita a presença de professores com competências pedagógicas para lidar com a diversidade do alunado, principalmente, com aqueles que apresentam deficiência. Nessa perspectiva, de acordo com o Art. 28, Inciso X, da Lei n. 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a adoção de
- A) práticas sociais inclusivas pelos programas de gestão escolar e a oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.
 - B) práticas sociais inclusivas pelas políticas e pelos programas de saúde pública e a oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.
 - C) práticas recreadoras inclusivas pelos programas de formação de terapeutas educacionais e a oferta de formação para o atendimento educacional especializado em saúde mental.
 - D) práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e a oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

19. Estudiosos da formação docente destacam o pluralismo do saber profissional da docência, que advém de diversas fontes. Com base nesses estudos, os saberes da docência se constituem em
- A) saberes pessoais dos professores, saberes provenientes da formação escolar anterior, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.
 - B) saberes biológicos dos professores, saberes psicológicos provenientes da convivência social, saberes provenientes da comunidade, saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e dogmáticos.
 - C) saberes institucionais, saberes específicos disciplinares, saberes da formação religiosa, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na comunidade.
 - D) saberes emocionais dos professores, saberes provenientes da formação familiar, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes inatos, saberes biológicos, saberes provenientes dos programas e livros didáticos e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.
20. Uma das funções fundamentais do pedagogo na instituição educativa está relacionada à coordenação do trabalho pedagógico. Nesse sentido, cabe a esse profissional
- A) organizar o planejamento pedagógico da escola, sendo o profissional responsável por efetivar as ações da prática educativa para o cumprimento das diretrizes impostas pela gestão, com base no projeto político-pedagógico.
 - B) selecionar e organizar o planejamento pedagógico, atendendo aos interesses dos discentes e às necessidades do corpo docente, de acordo com as definições das famílias integrantes da comunidade educativa.
 - C) articular, junto aos docentes e demais profissionais da escola, a organização do planejamento pedagógico, como mediador entre o prescrito no projeto político-pedagógico e a efetivação das ações da prática educativa.
 - D) determinar a organização do planejamento pedagógico e a realização das ações didático-pedagógicas, atendendo aos interesses da comunidade, para a efetivação das ações da prática educativa.
21. O planejamento pedagógico, sendo uma atividade consciente e sistemática, estabelece uma relação direta com a dinâmica da atuação docente no ambiente educacional como também focaliza a organização do trabalho pedagógico e a aprendizagem dos alunos. Dessa maneira, o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da
- A) ação docente, determinando a atividade escolar e a problemática do contexto escolar. A escola, os professores, os alunos e as famílias são integrantes da dinâmica das relações culturais.
 - B) ação dos gestores, determinando a atividade escolar e a problemática do contexto escolar. A escola, os professores, os alunos e as famílias são integrantes da dinâmica das relações sociais.
 - C) ação docente, articulando a atividade comunitária e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os pais são integrantes da dinâmica das relações culturais.
 - D) ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais.

- 22.** O Projeto Político-Pedagógico (PPP) está amparado e sistematizado em princípios da gestão democrática. Para a efetivação dessa proposta, é primordial um compromisso com
- A) a formação, tendo como grupo focal a individualidade dos discentes, a produção e a centralização dos conhecimentos requeridos pelo mercado de trabalho, a garantia da formação profissional, atendendo as determinações da gestão escolar.
 - B) a formação integral dos discentes para o exercício da cidadania, a produção e a socialização de conhecimentos, envolvendo a todos que compõem a ambiência educativa, objetivando a concretização da proposta pedagógica da escola.
 - C) a formação integral dos discentes, visando formar para a competitividade do mercado de trabalho, a produção e a socialização de conhecimentos exigidos pela comunidade, objetivando a concretização da proposta pedagógica da escola.
 - D) a formação básica, tendo como foco a centralização das aspirações dos discentes e de suas famílias para o exercício da cidadania, a produção e a socialização de conhecimentos, atendendo as determinações da gestão escolar.
- 23.** A avaliação educacional escolar acontece na ambiência educativa, contribuindo significativamente para a efetivação da proposta pedagógica da escola. Nesse sentido, avaliação da aprendizagem existe, prioritariamente, para
- A) garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando.
 - B) a definir a qualidade da aprendizagem docente. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando.
 - C) induzir a qualidade da aprendizagem docente. Ela tem a função de quantificar a aprendizagem do educando.
 - D) para determinar a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de quantificar a aprendizagem do educando.
- 24.** A avaliação da aprendizagem na escola possibilita ensinar e aprender de maneira produtiva e satisfatória. Assim, a avaliação deve servir como
- A) mecanismo que está a serviço da aprendizagem do discente e contribui para que o professor analise e decida quais ações pedagógicas deverão ser realizadas durante o processo de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem.
 - B) instrumento de caráter disciplinar, que facilita o julgamento do professor quanto às produções mais relevantes dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem.
 - C) instrumento classificatório que possibilita a disciplina no ambiente da escola e favorece o trabalho do professor para determinar as aprendizagens dos estudantes, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem.
 - D) mecanismo que está a serviço da aprendizagem do docente e contribui para que o professor tome decisões sobre a classificação dos estudantes, de acordo com o seu desempenho acadêmico, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem dos docentes.

- 25.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proporciona a garantia de direitos para proteção à infância e à juventude. De acordo com o Art. 3º, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei. Sendo assim, esse estatuto assegura à criança e ao adolescente, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento
- A) físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
 - B) mental e físico da família, moral, espiritual, social e dogmático, em condições de liberdade e de dignidade.
 - C) físico, mental, moral, espiritual, social, dogmático e financeiro, em condições de liberdade e de dignidade.
 - D) mental e físico da família, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- 26.** A Educação de Jovens e adultos (EJA), por parte do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, instituiu o Projovem Urbano- Programa Nacional de Inclusão de Jovens, atualizado em junho de 2022, como um programa educacional destinado a
- A) jovens com 18 a 39 anos residentes em áreas rurais que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de dezoito meses.
 - B) jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de dezoito meses.
 - C) crianças e jovens com 08 a 29 anos residentes em áreas de periferia urbana que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de doze meses.
 - D) jovens com 18 a 39 anos residentes em áreas rurais que, por diversos motivos, foram incluídos na escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de oito meses.
- 27.** A Constituição Federal da República Federativa do Brasil - no Capítulo III, Da Educação, da cultura e do desporto, Seção I, Da Educação, no Art. 210 - determina que serão
- A) selecionados conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
 - B) fixados conteúdos diversificados para o ensino fundamental, de maneira a controlar a formação integral comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
 - C) fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
 - D) selecionados conteúdos diversificados para o ensino fundamental e médio, de maneira a determinar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

28. A modalidade educacional, por meio da utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), faz parte da sociedade contemporânea, atendendo a novas exigências no processo de ensino aprendizagem. Apesar das dificuldades e limitações na estrutura educativa brasileira, essa realidade acompanha a atuação docente em diversas áreas educacionais. Nessa conjuntura, ao trabalhar o conhecimento, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), deve-se entender que essas ações facilitam e
- A) selecionam as formas de comunicação entre docentes e gestores, a metodologia e a didática de sala de aula. Esses ambientes virtuais oferecem diferentes espaços para possibilitar a construção coletiva e colaborativa do pensamento dos professores.
 - B) determinam as formas de comunicação entre docentes e discentes, a metodologia e a didática de sala de aula. Esses ambientes virtuais oferecem diferentes espaços na comunidade adulta, para possibilitar a inclusão coletiva e a aprendizagem dos gestores.
 - C) apontam as formas de comunicação entre docentes e familiares, a metodologia e a didática de sala de aula. Esses ambientes virtuais oferecem diferentes espaços para possibilitar a inclusão da comunidade escolar e a aprendizagem da família.
 - D) potencializam as formas de comunicação entre docentes e discentes, a metodologia e a didática de sala de aula. Esses ambientes virtuais oferecem diferentes espaços para possibilitar a construção coletiva e colaborativa do conhecimento e a aprendizagem.
29. O desenvolvimento da personalidade do indivíduo, suas potencialidades e seus comportamentos têm sido fontes de estudos da teoria do desenvolvimento e da aprendizagem. Sendo assim, sob a ótica desses estudiosos, o desenvolvimento humano é um processo
- A) em declínio, decorrente da relação dialética organismo-meio e das diferentes etapas humanas, selecionadas pelos conjuntos funcionais: a cultura, o ato motor, o conhecimento e a pessoa.
 - B) contínuo de transformações, decorrentes da relação dialética organismo-meio e das diferentes dimensões humanas, que podem ser compreendidas por conjuntos funcionais: a afetividade, o ato motor, o conhecimento e a pessoa.
 - C) contínuo de transformações, decorrentes da relação estética organismo-meio e das diferentes dimensões humanas, como conjuntos funcionais: a afetividade, o psíquico, o conhecimento e a pessoa.
 - D) em declínio, decorrente da relação dialética organismo-meio e das diferentes etapas humanas, determinadas pela saúde e pela família, como conjuntos funcionais: a afetividade, o psicológico, o conhecimento e a pessoa.
30. O desenvolvimento profissional docente se expressa no contexto reflexivo da formação inicial e continuada dos docentes, para a sua atuação profissional no ambiente escolar. Nesse processo, faz-se necessário compreender o desenvolvimento profissional dos
- A) professores como um processo amplo, dinâmico, flexível, completo, caracterizado por diferentes etapas pessoais e coletivas de construção da profissão.
 - B) gestores como um processo amplo, dinâmico, flexível, completo, caracterizado por etapas individuais de construção da profissão.
 - C) professores como um processo restrito, dinâmico, definido pelos centros formadores, caracterizado por etapas pessoais e coletivas de construção da profissão.
 - D) gestores como um processo determinado pela equipe escolar, completo, caracterizado por etapas distintas na construção coletiva da profissão.